

QUEM SOMOS NÓS? OU PERFIS DA COMUNIDADE PROFISSIONAL ARQUEOLÓGICA NO BRASIL: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES¹



MELIAM VIGANÓ GASPAR², CAROLINE FERNANDES CAROMANO³, ESTER RIBEIRO PEREIRA⁴, KELLY BRANDÃO⁵, JAQUELINE BELLETTI⁶, ALINE FREITAS⁷, LARA DE PAULA PASSOS⁸, MÁRJORIE DO NASCIMENTO LIMA⁹, EDUARDO KAZUO TAMANAHA¹⁰, LEANDRO MATTHEWS CASCON¹¹, GINA FARACO BIANCHINI¹², MARIANA PETRY CABRAL¹³, CAMILA AZEVEDO DE MORAES WICHES¹⁴, MARCIA BEZERRA¹⁵

- 1 Recebido em: 29.02.2020. Aprovado em: 13.06.2020.
- 2 Doutora em Arqueologia pela USP. *E-mail:* meliamvgaspar@gmail.com.
- 3 Doutora em Arqueologia pela USP. *E-mail:* carolcaromano@gmail.com.
- 4 Bacharel em Ciências Sociais pela USP. Pesquisadora CIS/USP. *E-mail:* pereira.ester@gmail.com.
- 5 Doutoranda em Arqueologia pela USP. *E-mail:* kellybrand@gmail.com.
- 6 Mestre em Arqueologia pela USP. *E-mail:* jaq.belletti@gmail.com.
- 7 Doutora em Geologia pela UFRJ. Pós-doutoranda no PPGArq UFPI. *E-mail:* tuttyfreitas@gmail.com.
- 8 Doutoranda em Antropologia (área de concentração em Arqueologia) pela UFMG. *E-mail:* larade-paulapassos@gmail.com.
- 9 Doutoranda em Arqueologia pela USP. *E-mail:* limanmarjorie@gmail.com
- 10 Doutor em Arqueologia pela USP. Instituto Mamirauá. *E-mail:* eduardo.tamanaha@gmail.com.
- 11 Doutor em Arqueologia pela USP. Pós-doutorando na Leiden University. *E-mail:* lmcascon@gmail.com.
- 12 Doutora em Arqueologia pela UFRJ. *E-mail:* ginabianchini@hotmail.com
- 13 Doutora em Antropologia pela UFPA. Docente na Graduação em Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFMG. *E-mail:* nanacabral75@gmail.com
- 14 Doutora em Arqueologia pela USP e em Museologia pela ULHT/ Lisboa. Docente na Faculdade de Ciências Sociais UFG - Bacharelado em Museologia e Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. *E-mail:* camilamoraes@ufg.br
- 15 Doutora em Arqueologia pela USP. Docente no Bacharelado em Museologia/FAV/ICA, e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia/PPGA/IFCH. *E-mail:* marciabezerrac14@gmail.com.

Resumo: nos últimos vinte anos, a formação acadêmico-científica arqueológica cresceu exponencialmente no Brasil, culminando com o reconhecimento da profissão em 2018. No entanto, pouco sabemos sobre os perfis das pessoas atuantes na área, assim como de estudantes em processo de formação, em nível de graduação e pós-graduação. Ao atualizar alguns dados de estudos anteriores, neste manuscrito apresentamos os resultados de um levantamento inicial sobre o perfil profissional na arqueologia brasileira, que inclui informações sobre a trajetória de formação, gênero, nacionalidade e temas de pesquisa. Esta iniciativa nos possibilita delinear os desafios da inclusão e da representatividade no exercício da profissão, cujas reflexões nos auxiliarão na concepção de medidas práticas para uma mudança desse quadro, no futuro.

Palavras-chave: Arqueologia Brasileira. Profissionais. Formação. Representatividade. Censo.

Desde os primeiros achados e pesquisas arqueológicas no Brasil, ainda no século XIX, a Arqueologia tem se desenvolvido enquanto área de pesquisa e de trabalho, com atuação interdisciplinar de pessoas arqueólogas¹, sejam estrangeiras ou brasileiras. Inicialmente praticada como atividade amadora, inclusive pela família imperial e por pesquisadores ligados ao então recém-criado Museu Nacional, a Arqueologia tornou-se uma atividade acadêmica a partir da década de 1930. Fomentada por figuras como Paulo Duarte, Loureiro Fernandes e Castro Faria, a disciplina foi consolidada a partir da década de 1960, juntamente com as universidades no Brasil (BARRETO, 1999; FUNARI, 2013; SOUZA, 2014; ZANETTINI; WICHERS, 2014).

A resolução Conama nº 001/1986² foi um marco nessa história, com especificações sobre a proteção do patrimônio arqueológico que impulsionaram os trabalhos de arqueologia no âmbito do licenciamento ambiental (CALDARELLI; SANTOS, 1999-2000; ZANETTINI; WICHERS, 2014). No início dos anos 2000, com um cenário político de implantação de obras de infraestrutura em diversas regiões do país e, com a aprovação de uma normativa específica em relação ao patrimônio arqueológico, através da portaria 230/02 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)³, a Arqueologia passou por uma fase de grande desenvolvimento. A demanda por profissionais capacitados resultou na criação de diversos cursos de graduação em Arqueologia nas universidades públicas brasileiras (BEZERRA, 2008; ZANETTINI, 2009; ZANETTINI; WICHERS, 2014). A recente aprovação da Arqueologia como profissão regulamentada no país pela Lei 13.653/2018⁴ é resultado desse processo de crescimento e reconhecimento da área iniciado há mais de trinta anos e acentuado nos anos 2000.

Dentro desse panorama, conhecer os perfis da comunidade profissional da arqueologia no Brasil faz-se cada vez mais necessário, a exemplo do que vem sendo realizado em outros países desde a década de 1990. Estudos conduzidos nos Estados Unidos da América (EUA), Austrália e em países europeus, sobre suas respectivas comunidades profissionais, não só buscaram compreender o perfil de formação e de atuação profissional, como contribuíram para responder a questionamentos específicos para cada contexto nacional e indicaram os desafios para a inclusão de diferentes coletivos sociais na profissão (ZEDER, 1997; ARI, 2005; ULM *et al.*, 2013; COBB; CROUCHER, 2016).

Neste artigo, apresentamos os resultados de um levantamento inicial da comunidade profissional arqueológica no Brasil, que atualiza dados de estudos anteriores e forma a base para o desenvolvimento de um projeto maior que pretende aprofundar

os perfis demográficos dessa comunidade. Construímos um banco de dados para a estimativa do universo populacional profissional da Arqueologia no Brasil formado por meio da coleta de dados públicos e oficiais dos programas de graduação e pós-graduação de universidades, do banco de portarias de autorização de pesquisas arqueológicas disponibilizado pelo IPHAN⁵, e, por fim, dos currículos cadastrados na plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A partir dessas informações, trazemos uma primeira aproximação sobre o perfil da comunidade profissional arqueológica no país, com os dados disponíveis sobre a trajetória acadêmica, gênero, nacionalidade e região de formação. Esse é um passo importante para compreender melhor as conquistas e desafios da Arqueologia no país.

Sabemos das limitações das fontes utilizadas e das invisibilidades inerentes a dados oficiais, por isso o presente estudo consiste apresentar uma primeira abordagem com o objetivo de delimitar, em linhas gerais, o quadro amostral da comunidade profissional e suas problemáticas. Etapas futuras com outras metodologias podem sanar algumas dessas deficiências, construindo de forma cumulativa perfis da comunidade arqueológica profissional brasileira.

ESTUDOS ANTERIORES

Pesquisas no âmbito nacional sobre a comunidade arqueológica no Brasil ainda não foram realizadas de maneira sistemática. Até o momento, estimativas numéricas e tentativas de traçar o perfil das pessoas atuantes na Arqueologia foram realizadas a partir de dados pontuais e/ou experiências pessoais, com foco na realidade de determinadas regiões do país ou direcionadas a um grupo específico de profissionais ou estudantes. Como menciona Kern (2009, p. 93): “raramente nos perguntamos sobre o que significa ser um arqueólogo em um país como o Brasil, nem qual é o seu perfil atual”.

Caldarelli e Santos (1999-2000) buscaram entender a inserção de pessoas no mercado de trabalho da arqueologia feita no âmbito do licenciamento ambiental, suas regiões de atuação e os principais problemas enfrentados, a partir de um questionário aplicado a 37 pessoas. As autoras mencionam quatro empresas especializadas no contrato à época, além de universidades e museus que também realizavam esse tipo de trabalho. A pesquisa voltou-se exclusivamente para a arqueologia no mercado de trabalho, preocupando-se com as relações entre profissionais e o IPHAN.

Dez anos depois, uma visão mais abrangente da área foi apresentada por Zanettini (2009) com foco no descompasso entre a formação técnica acadêmica e a qualidade dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do licenciamento ambiental. Para discutir a formação acadêmica na Arqueologia, o levantamento estatístico baseou-se em dados fortuitos, de currículos profissionais aos quais o autor teve acesso. O autor propôs uma estimativa de 600 pessoas envolvidas em trabalhos de Arqueologia no país, com base nos dados coletados via Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), IPHAN e empresas de contrato. Com a inclusão de profissionais de áreas afins (como História, Geografia e Educação) ou da logística e apoio à comunicação, que também auxiliam o trabalho arqueológico, esse número chegaria entre 2.500 a 3.000 pessoas.

A preocupação sobre o perfil de pessoas que trabalham em empresas de arqueologia e sua relação com a academia foi um tema frequentemente explorado em 148

análises críticas sobre a profissão nos últimos 10 anos. Em 2013, no evento III Semana Internacional de Arqueologia Discentes MAE/USP, em São Paulo, o grupo de trabalho Arqueologia de Contrato realizou uma enquete com 157 pessoas (principalmente estudantes de Graduação e Pós-Graduação) para compreender sua experiência profissional e de formação, além de conhecimentos sobre a legislação relacionada à arqueologia e expectativas profissionais em trabalhos de contrato e acadêmico-científicos (GT ARQUEOLOGIA DE CONTRATO, 2013).

A tentativa de caracterização do perfil de profissionais da arqueologia está, obrigatoriamente, relacionada à compreensão sobre a formação acadêmica de profissionais inseridos no mercado de trabalho, como é possível perceber pelas discussões apresentadas acima.

Até o final da década de 1990, um único curso de graduação em Arqueologia era oferecido pelas Faculdades Integradas Estácio de Sá (FINES), posteriormente Universidade Estácio de Sá (UNESA), no Rio de Janeiro. Em nível de Pós-Graduação, até o final da década de 1980, a maior parte das dissertações e teses com temas na disciplina foram defendidas em programas dos cursos de História e Antropologia, com ou sem área de concentração em Arqueologia, em virtude da inexistência de cursos específicos na área naquela época (BEZERRA, 2008; FLORENZANO, 2018). Somente em 1989 foi criado o programa de Pós-graduação Interdepartamental de Arqueologia na Universidade de São Paulo (USP), que possibilitou a formação específica em Arqueologia (FLORENZANO, 2018).

A criação de cursos de pós-graduação em Arqueologia⁶, como área independente em departamentos específicos, só aconteceu nos anos 2000: na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 2002⁷; no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, em 2004⁸; no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 2006⁹. Em 2004, foi criado o primeiro curso de bacharelado em Arqueologia vinculado a uma instituição pública, na Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), no Piauí. Essas iniciativas abriram caminhos para um novo cenário na formação de profissionais e na expansão da Arqueologia no Brasil. Atualmente, existem no Brasil 14 cursos de Graduação e 11 de Pós-Graduação em Arqueologia, ou com concentração na área¹⁰.

Outras questões sobre o perfil da formação acadêmica em Arqueologia foram levantadas em diferentes trabalhos: a formação em Arqueologia nos cursos de graduação criados a partir de 2004 (BEZERRA, 2008; SAB, 2011); a formação da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) (SCHAAN; BEZERRA, 2009); discussão do perfil das atividades de pesquisa, ensino e extensão das pessoas arqueólogas no Brasil (FUNARI, 1999-2000; KERN, 2009); a formação em Arqueologia na pós-graduação e os percursos profissionais das pessoas egressas (CAROMANO *et al.*, 2014); relações entre formação acadêmica e Arqueologia de Contrato, com foco em pesquisas feitas nas duas áreas (ZANETTINI; WICHES, 2014).

Em outros países, questões sobre a formação e atuação profissional em Arqueologia foram abordadas também a partir de estudos sistemáticos, denominados censos ou estudos demográficos. Além de traçar um perfil sobre a profissão, essas pesquisas contribuíram para responder questionamentos específicos relevantes a cada contexto nacional. A exemplo: a) indicar os principais aspectos que definem o ensino e aprendizagem da profissão (ULM *et al.*, 2013); b) compreender as mudanças no mercado de trabalho (ZEDER, 1997); c) pontuar as diferenças na inserção e atuação de homens 149

e mulheres na profissão (ZEDER, 1997; COBB; CROUCHER, 2016); d) mapear as diferenças salariais em diferentes cargos (ARI, 2005).

Os estudos mais sistemáticos foram realizados na Europa pelo projeto *Discovering Archaeologists of Europe* (JAMESON; EOGAN, 2013)¹¹, uma série de estudos demográficos promovida pela União Europeia entre 2006 e 2009. Com o uso de “labour market intelligence”, variados temas são abordados a partir dos resultados dessas pesquisas. A pesquisa de caráter transnacional, com coleta de dados qualitativos e quantitativos, identificou problemas e dificuldades para a inserção de profissionais no mercado de trabalho, entre outras questões. Desse modo, foi possível para cada país identificar problemas específicos da profissão, de forma a subsidiar planejamentos estratégicos em empresas de arqueologia e universidades, bem como políticas públicas, para melhorar o quadro identificado.

No caso da União Europeia, era preciso identificar principalmente as barreiras para o desenvolvimento da área e a mobilidade transnacional. Questões de religião, etnia, gênero, deficiências, dentre outras foram abordadas nos relatórios de cada país, com dados que permitiram a comparação dos panoramas nacionais. Uma segunda edição desse projeto, entre 2012 e 2014, aperfeiçoou os métodos de coleta de dados assim como permitiu identificar mudanças e permanências das questões apontadas anteriormente.

Um dos desdobramentos desse projeto foi um volume publicado pelo World Archaeological Congress (WAC), “*Discovering the Archaeologists of the World*”, que contém um artigo que discute a crise financeira na Europa em relação à Arqueologia (CLEARY *et al.*, 2014) e o lançamento de um projeto piloto para as Américas, com pesquisa inicial no Chile e no Estado do Novo México, nos EUA (AITCHINSON, 2017; MAJEWSKI; AITCHINSON, 2018).

O PERFIL DA PROFISSÃO E QUESTÕES ATUAIS

Nos últimos anos, as discussões sobre as relações de gênero, raça, classe e orientação sexual, entre outros marcadores sociais das diferenças¹², vêm ganhando destaque no Brasil, também no âmbito da Arqueologia. Essas discussões evidenciam como tais diferenças geram desigualdades, colocando-se como eixos de subordinação que cruzam os corpos, imbricados ao discurso da modernidade/colonialidade¹³.

Inicialmente, os estudos destacavam aspectos relativos às assimetrias entre mulheres e homens na profissão, como discutido no XVIII Congresso da SAB, em 2015, que contou com um simpósio temático sobre teorias feministas e de gênero na arqueologia (RIBEIRO, 2015); uma publicação sobre machismo nas práticas arqueológicas (COLETIVO ESTRATIGRAFIA FEMINISTA, 2015); e a aprovação do código de ética da SAB (2015) que inclui o respeito à diversidade (sexual e racial) e o repúdio a assédios e preconceitos na prática arqueológica, em todos os âmbitos. *A posteriori*, o dossiê Arqueologia e Crítica Feminista, organizado por Ribeiro (2017), e o dossiê Arqueologia Queer, organizado por Bandeira e Silva (2019), colocaram as questões de gênero definitivamente na agenda arqueológica brasileira. Por sua vez, o dossiê Gênero em Arqueologia e Antropologia, organizado por Sene, Viana e Moura, nesta mesma revista (vol. 6, n. 1), em 2018, também tangenciou algumas dessas questões.

Nesse âmbito, pesquisas com levantamentos quantitativos e qualitativos pontuais foram desenvolvidas para melhor compreender as desigualdades de gênero, produzindo-se uma análise da composição de mulheres e homens no quadro docente dos cursos de Graduação e na bibliografia dos Projetos Pedagógicos de Curso (RIBEIRO *et al.*, 2017); levantamentos bibliométricos de publicações em revistas científicas (RIBEIRO *et al.*, 2017; CAROMANO *et al.*, 2017); e análise da participação de mulheres, homens e pessoas trans em congressos e eventos de arqueologia (PASSOS, 2017; ULGUIM, 2019; BRANDÃO *et al.*, no prelo). Os resultados apresentados nessas pesquisas já demonstram descompassos de representação de gênero dentro da comunidade profissional, inquirindo também como outros fatores identitários e socioeconômicos podem influenciar esse quadro de diferentes maneiras.

Os debates em torno da inclusão e diversidade étnico-racial vêm crescendo na área. Vide a criação do coletivo Negrarqueio - Rede de Arqueologia Negra, em 2018, apresentado mediante carta lida publicamente durante o evento VI Semana Internacional de Arqueologia - Discentes MAE/USP, em São Paulo, e a política inclusão de pessoas negras e indígenas na academia pelos programas de ações afirmativas das universidades federais¹⁴. Trabalhos que envolvem análises cruzadas entre representatividade racial e de gênero na disciplina também já foram iniciados (PASSOS, 2019).

Questões de inserção econômico-social, apesar de serem tema frequente em conversas informais relacionadas às bolsas de pesquisa ou abordadas de maneira pontual ainda precisam ser rigorosamente discutidas (ZARANKIN; PELLINI, 2012; ZANETTINI; WICHES, 2014). A ausência de levantamentos sistemáticos é um dos fatores que dificultam a produção de dados mais expressivos para alicerçar e contribuir na discussão de tais problemáticas.

Com a regulamentação da profissão pela lei nº 13.653, de 18 de abril de 2018, faz-se urgente um debate mais acentuado acerca da realidade da Arqueologia praticada no Brasil. A partir dos questionamentos de estudos anteriores e das pautas sobre diversidade e inclusão, nos reunimos para elaborar o projeto “Quem somos nós? Perfil da comunidade profissional arqueológica no Brasil” (LIMA *et al.*, 2019; BRANDÃO *et al.*, 2019) aqui apresentado, com o objetivo de conhecer e detalhar a diversidade da comunidade profissional arqueológica no país. Para isso, nos inspiramos em estudos sistemáticos conduzidos em outros países, como mostrado anteriormente.

Nosso primeiro objetivo foi estimar o universo populacional da Arqueologia brasileira, para saber o quantitativo de pessoas (profissionais e estudantes em formação) que atuam e/ou vêm atuando no país. Na primeira etapa, organizamos um levantamento inicial do número de pessoas que atuam profissionalmente na arqueologia, a partir de dados públicos, que se encontram majoritariamente nos sites das instituições de ensino e plataformas de bancos de dados (como a Plataforma Sucupira da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)).

Os dados deste levantamento inicial contribuem para uma visualização da trajetória de formação acadêmica das regionalidades e questões de gênero do universo populacional da comunidade profissional arqueológica, num recorte de tempo entre a década de 1980 e o ano de 2018. O levantamento realizado a partir das portarias de autorização de pesquisa concedidas pelo IPHAN¹⁵ também dá subsídios para discussões sobre a área de abrangência da profissão no Brasil.

No entanto, parte dos dados obtidos ainda está em fase de processamento e análise e, portanto, esses são somente alguns dos perfis que pretendemos alcançar no decorrer da pesquisa. Para traçar os perfis socioeconômicos aos moldes dos trabalhos apresentados anteriormente, os dados públicos não são suficientes. Mais do que isso, é necessária uma análise crítica dos marcadores sociais das diferenças, que se colocam como eixos de subordinação e hierarquia no campo profissional da Arqueologia Brasileira, compreendida na especificidade dos processos históricos do país, sobretudo de extermínio e controle dos povos indígenas e afrodiáspóricos. Esses processos também resultam no acesso diferenciado dessas populações ao campo científico e profissional da Arqueologia. Contudo, questões sobre raça, classe, identidades de gênero, orientação sexual, maternidade e geração, dentre outras, só poderão ser respondidas a partir de pesquisas qualitativas individuais. A segunda etapa deste estudo incluirá a realização de questionários individuais¹⁶, de modo a responder questões sobre diversidade, inclusão e desigualdades, e assim entender melhor os desafios que se apresentam para a área.

Reconhecemos a importância de se ultrapassar as apropriações normatizadoras para de fato contribuir para uma mudança benéfica na área. Portanto, é interesse do projeto desenvolver maiores reflexões críticas acerca da temática, subsidiadas por um maior aprofundamento nos estudos sobre identidade, interseccionalidade e marcadores sociais. Há, também, uma preocupação com a localização autoconsciente (que será aprofundada *a posteriori*) do lugar desse projeto, bem como das pessoas que o integram, no cenário arqueológico (e científico em geral), a fim de quebrar com a reprodução da pretensa neutralidade dos discursos hegemônicos que tanto recai sobre as produções acadêmicas.

MÉTODOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Nesta primeira etapa do projeto “Quem somos nós? Perfis da comunidade profissional arqueológica no Brasil”, o principal objetivo foi estabelecer uma estimativa do universo populacional profissional da Arqueologia no Brasil. Para isso, trabalhamos com dados públicos e oficiais de Instituições de Ensino Superior (IES), o IPHAN e a Plataforma Lattes do CNPq. A partir das listas de docentes, estudantes e ex-estudantes dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Arqueologia (ou Antropologia com concentração em Arqueologia) e da relação das pessoas que receberam portarias do IPHAN para trabalhos arqueológicos (desde 1991), organizamos uma lista de nomes de pessoas vinculadas profissionalmente à Arqueologia. Essa lista foi refinada com a exclusão de nomes repetidos e a inclusão de pessoas que, por algum motivo, não aparecem em nossas buscas, mas que sabemos – por uma rede de contatos e relações profissionais – que trabalham na área. Consideramos o ano de 2018 como base de nossa coleta, assim atualizações ocorridas ao longo de 2019, quando fizemos a coleta, não foram incluídas nos resultados apresentados.

É preciso salientar que esse banco de dados inicial tem algumas limitações. A coleta de dados dependeu de que cada pessoa tivesse seu currículo devidamente atualizado na Plataforma Lattes do CNPq. Em alguns casos, foram considerados os dados das IES, quando mais atualizados do que as informações contidas no currículo. 152

Outro fator é que consideramos, principalmente, os dados armazenados em *websites* de universidades brasileiras e outras informações que podem ser encontradas *online*, o que gerou um limite temporal de informações que conseguimos encontrar. Pessoas que iniciaram na Arqueologia antes da década de 1980 possivelmente não estão presentes em nosso banco de dados, a não ser que tenham seguido na área e feito um currículo *online*. Ingressantes em cursos de graduação nem sempre possuem currículo na Plataforma Lattes, por isso os dados sobre as graduações em andamento também são limitados. Além disso, muitas pessoas que possuem formação ou experiência profissional na Arqueologia, mas que não seguiram a carreira acadêmico-científica não possuem cadastro na Plataforma Lattes e, portanto, não puderam ser localizadas para esta etapa de estudo.

A partir do levantamento deste universo, inserimos no banco de dados o gênero (feminino, masculino) de cada pessoa, de acordo com a generificação¹⁷ do primeiro nome, fotos ou gênero utilizado no resumo do currículo. Em adição, informações sobre pessoas que conhecemos e que se identificam publicamente como trans foram incluídas em nosso banco de dados dessa maneira. Reconhecemos que essa escolha é ainda insuficiente na inclusão de fato da transgeneridade ou das identidades não binárias dentro da comunidade amostrada, sendo importante destacar os processos de invisibilização dessas pessoas no âmbito de uma ciência hétero-cis-normativa, como a Arqueologia e tantas outras surgidas no século XIX. Porém, esse é um exercício preliminar de driblar o silenciamento sobre estas existências (HARTEMANN, 2019). Esses resultados podem ser comparados, futuramente, com os resultados de pesquisas qualitativas que permitam ultrapassar as limitações que reconhecemos aqui.

Pessoas que já faleceram também foram incluídas no levantamento, com inclusão do ano de falecimento. Foram coletados os dados sobre a nacionalidade e a trajetória de formação acadêmica de cada pessoa.

Coletamos dados sobre a instituição e curso de formação, ano de início e de término do curso nas categorias: graduação, especialização, mestrado e doutorado, considerando até dois cursos por categoria. Para mestrado e doutorado, foram inseridas as palavras-chave das dissertações e teses, quando informadas no currículo, ou sugerimos palavras-chave a partir dos títulos dos trabalhos, quando disponíveis, para codificar temas abrangentes e regiões de pesquisa. Coletamos dados da instituição, ano de início e de término de estágio pós-doutoral, considerando até quatro participações nos mesmos. Docentes dos programas de graduação em Arqueologia que não têm formação na área e nem orientam trabalhos nela, não foram incluídos em nosso banco de dados principal, mas foram inseridos em um banco à parte para posterior discussão sobre os programas de ensino.

As análises estatísticas utilizadas na etapa quantitativa foram efetuadas no software SPSS¹⁸, com o auxílio do Microsoft Excel 2007-2013, sendo descritivas e exploratórias (GIL, 2008) neste primeiro momento, uma vez que se trata de um tema pouco abordado na Arqueologia. Os primeiros resultados, apresentados a seguir, servirão como linha de base e contraponto para as pesquisas qualitativas futuras.

RESULTADOS INICIAIS

Nosso levantamento inicial mostra uma estimativa de universo populacional da Arqueologia no Brasil de 2117 pessoas. Tendo em vista uma primeira interpretação dos resultados, apresentamos alguns perfis desse universo divididos em temas como formação acadêmica, região de formação, gênero e área de atuação na Arqueologia, com alguns cruzamentos entre esses dados.

Gênero, Nacionalidade e Formação Geral

Nosso universo populacional conta com 1.112 mulheres, 1.002 homens e 3 pessoas trans, totalizando 2.117 pessoas (Figura 1). Ao considerar o ano de início da primeira graduação das 2021 pessoas sobre as quais temos essa informação disponível, temos uma estimativa de como a proporção entre os gêneros foi mudando ao longo das décadas (Figura 2).

Existe um relativo balanço entre a presença de mulheres e homens ao longo do tempo, o que difere do quadro geral europeu, em que há uma maioria de homens trabalhando na arqueologia (AITICHSON, 2009, p. 15; AITICHSON; ROCKS-M-CQUEEN, 2014, p. 93)¹⁹. A inserção de pessoas que se identificam publicamente como trans na Arqueologia é bastante recente (a partir de 2011), salientando novamente os limites da coleta desse dado²⁰.

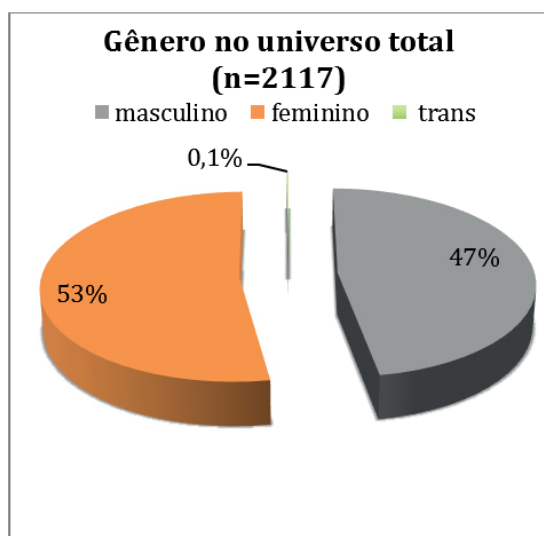


Figura 1: Percentual da comunidade profissional arqueológica brasileira por gênero - Universo amostral (N=2117).

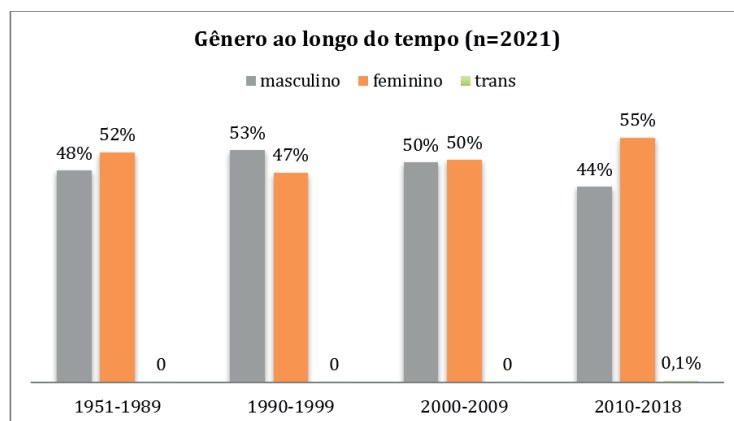


Figura 2: Percentual da comunidade profissional arqueológica brasileira por gênero ao longo do tempo, ao considerar o ano de ingresso na primeira graduação - Universo amostral (N=2021).

Quanto à nacionalidade, 98% das pessoas são brasileiras. Dentro desse total, é importante destacar ao menos sete pessoas indígenas que se identificam como tal em seus currículos ou que têm a etnia em seu nome, como Munduruku, Wai Wai e Karitiana. Essas pessoas entraram na graduação em Arqueologia em universidades na região Norte a partir de 2012. Certamente existem mais pessoas indígenas envolvidas com a Arqueologia com formação em outros cursos (como licenciaturas interculturais indígenas, cursos de história ou antropologia) e outras regiões, com uma tendência ao crescimento dessa participação com a expansão das políticas de ações afirmativas também para a pós-graduação, nas universidades públicas²¹.

São poucas as pessoas estrangeiras atuando em arqueologia no país, vindas em sua maior parte de países da América do Sul (22) e Europa (20), seguida de outros países da América Central (3), América do Norte (3) e África (1).

A formação das pessoas arqueólogas no país segue todos os níveis de ensino superior, desde a graduação até o doutorado, além de pesquisas realizadas no âmbito de estágio pós-doutoral. Ao considerar que todas as pessoas cursaram ou estão cursando alguma graduação, 100% do universo populacional têm essa formação, no entanto 46% têm a formação em curso específico de Arqueologia. Ainda desse total, 16% possuem uma segunda graduação, sendo 5% em Arqueologia; 8% possuem especialização em cursos relacionados ao campo da Arqueologia; 59% possuem mestrado, sendo 51% em Arqueologia (considerando cursos *stricto sensu* na área ou em outras áreas, mas com tema de pesquisa em Arqueologia); 33% possuem doutorado, sendo 29% em Arqueologia (considerando cursos *stricto sensu* na área ou em outras áreas, mas com tema de pesquisa em Arqueologia); e 11% realizaram pesquisa de estágio pós-doutoral (Figura 3). O detalhamento da formação por curso, gênero e região ao longo do tempo será apresentado a seguir, excluindo-se o segundo mestrado ou doutorado, uma vez que estes são pouco representativos e correspondem, respectivamente, a 2% e 1% do universo total.

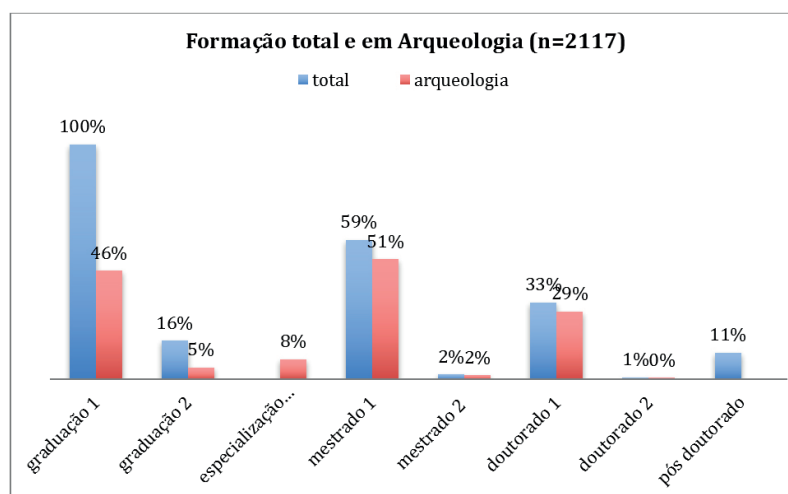


Figura 3: Percentual de grau de formação e pesquisa - Universo amostral (N=2117)

Formação Específica

Informações sobre a formação na primeira graduação foram observadas para um total de 2058 pessoas (Figura 4). Desse total, 47% são formadas em cursos de Arqueologia, incluídos os cursos de Antropologia ou História, com matriz curricular que oferece número expressivo de disciplinas em Arqueologia. Outros 41% têm formação na área de Ciências Humanas e Letras (como História, Ciências Sociais, Geografia e Letras), e os restantes 12% se dividem em cursos das áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Exatas e da Terra (incluindo Engenharias e Ciências Agrárias) e Artes (seguindo a divisão de áreas de acordo com a classificação do CNPq no currículo Lattes).

Das 1.083 pessoas que não optaram pela Arqueologia como primeira graduação, 9% escolheram fazer um curso de Arqueologia como segunda graduação. Das 975 pessoas que fizeram Arqueologia como primeira graduação, 9% fizeram uma segunda graduação em cursos de áreas diferentes.

Ao analisar a formação em Arqueologia como primeira graduação ao longo do tempo, é possível observar que ela só passa a ser predominante nos últimos 10 anos, quando se formam as primeiras turmas dos cursos criados após 2004. Ao considerar a região de formação (Figura 5), observa-se que a partir dos anos 2000 há um protagonismo dos cursos da região Nordeste no processo de formação de pessoas na Arqueologia. No geral, são formadas mais mulheres do que homens, com exceção do período entre 2000 e 2009. As pessoas trans se formam nesses cursos a partir de 2010 (Figura 6).

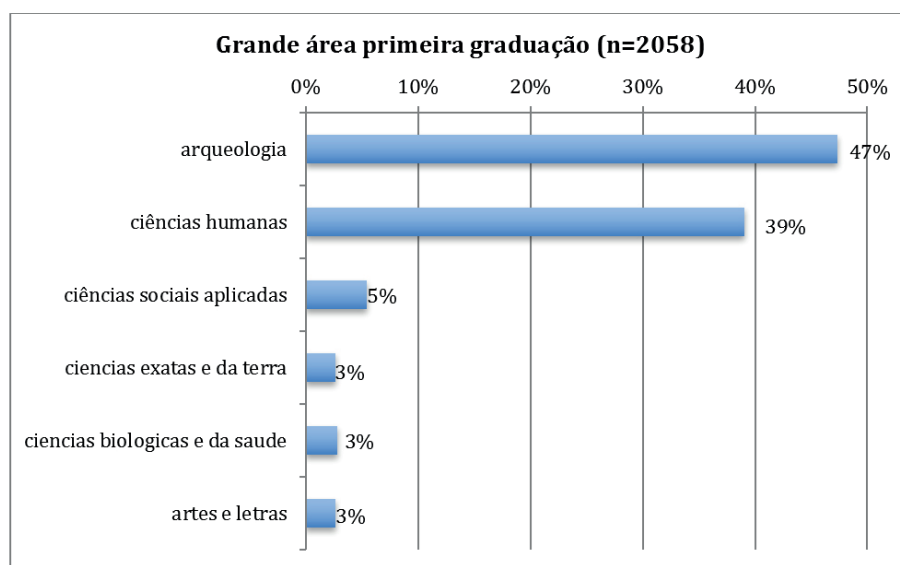


Figura 4: Percentual de formação na primeira graduação em Arqueologia e outras grandes áreas - Universo amostral (N=2058)

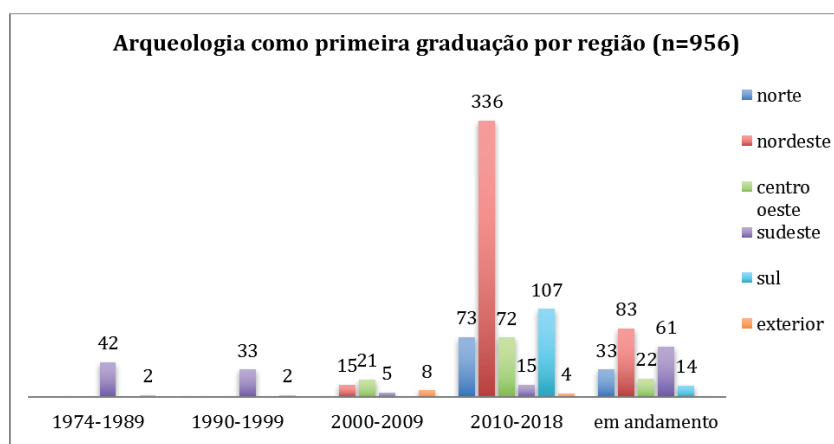


Figura 5: Formação em Arqueologia como primeira graduação, por região, em números absolutos - Universo amostral (N=956)

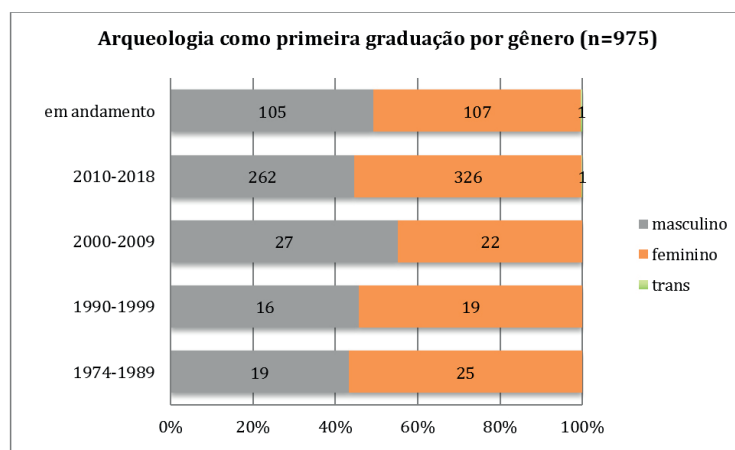


Figura 6: Formação em Arqueologia como primeira graduação, por gênero - Universo amostral (N=975)

A formação no mestrado também é diversa em relação aos cursos, no entanto, para fins interpretativos, considerou-se mestrado na área de Arqueologia todos aqueles com tema de pesquisa na disciplina, a partir das palavras-chave e título de dissertações. Desse modo, das 1.252 pessoas com mestrado, 1.079 fizeram suas dissertações com tema de pesquisa em Arqueologia. Dessas 1.079 pessoas, 67% realizou o mestrado em curso de Arqueologia ou Antropologia com área de concentração em Arqueologia, enquanto o restante está distribuído nos mais diversos programas, como História, Museologia, Artes, Geologia, Ciências Ambientais e Química.

Novamente, é possível observar que ao longo do tempo as mulheres são a maior parte das pessoas formadas no mestrado, e uma pessoa trans ainda está em processo de conclusão de curso (Figura 7).

Ao analisar a região das instituições de mestrado (Figura 8), observa-se que há predominância de instituições no Sudeste ao longo do tempo, mesmo com crescimento significativo da região Nordeste a partir de 2010.

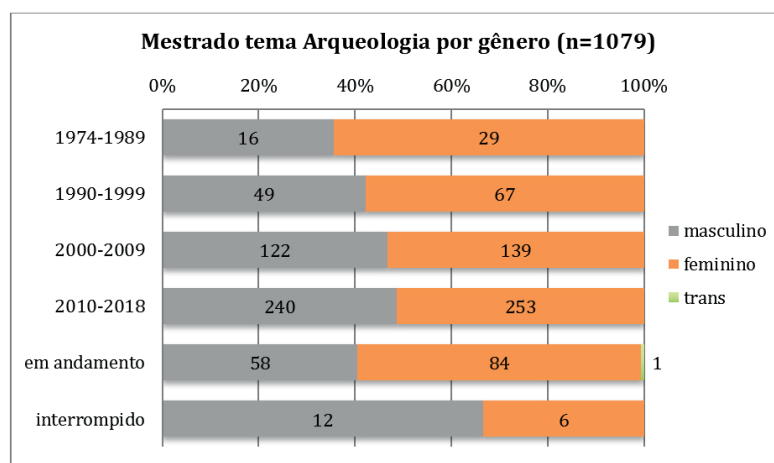


Figura 7: Formação no mestrado na área de Arqueologia, por gênero - Universo amostral (N=1079)

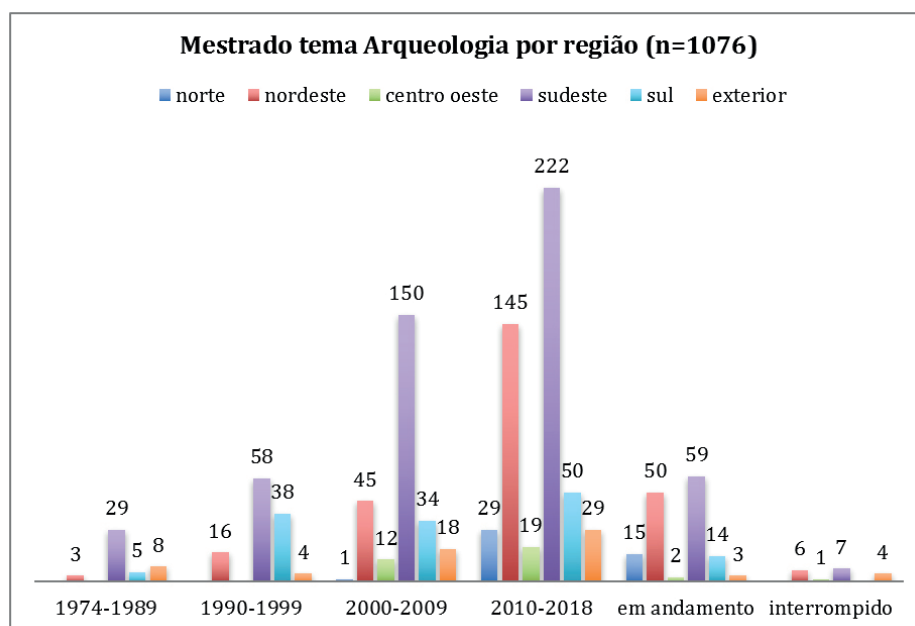


Figura 8: Formação no mestrado na área de Arqueologia, por região - Universo amostral (N=1076)

O doutorado foi analisado da mesma maneira que o mestrado, sendo considerados doutorados em Arqueologia todos aqueles com tema de pesquisa na área, a partir das palavras-chave e título de tese. Assim, das 692 pessoas que fizeram doutorado, 610 fizeram na área de Arqueologia. Os homens compõem um pouco mais que a maioria das pessoas com doutorado, somando 51%. Entretanto, é possível observar que há um padrão de decréscimo na proporção de mulheres ao longo do tempo. Isso fica evidente ao observar a maioria de homens nos cursos de doutorado em andamento (Figura 9). Nesse nível educacional, não temos ainda pessoas trans ou indígenas formadas.

Ao analisar a região das instituições de doutorado (Figura 10), observa-se que a região Sudeste ainda concentra a grande maioria das pessoas formadas. O crescimento das outras regiões foi pouco em virtude da menor oferta de cursos no nível de doutorado, uma vez que muitos dos programas de pós-graduação ainda são recentes.

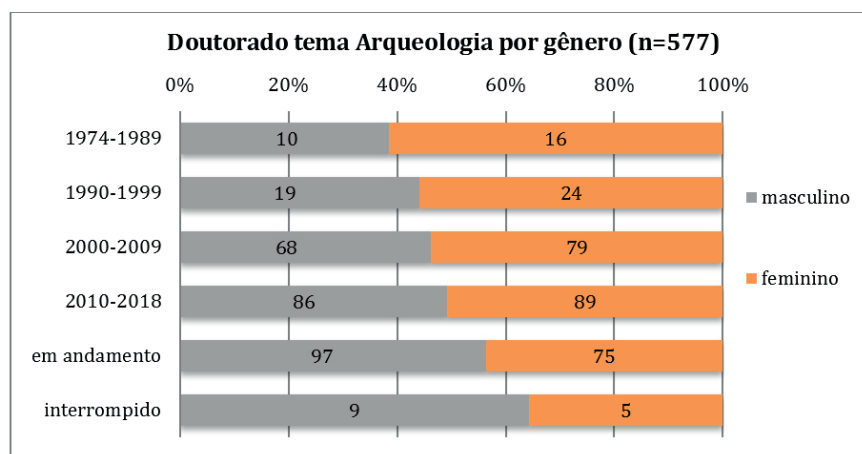


Figura 9: Formação no doutorado na área de Arqueologia, por gênero - Universo amostral (N=577)

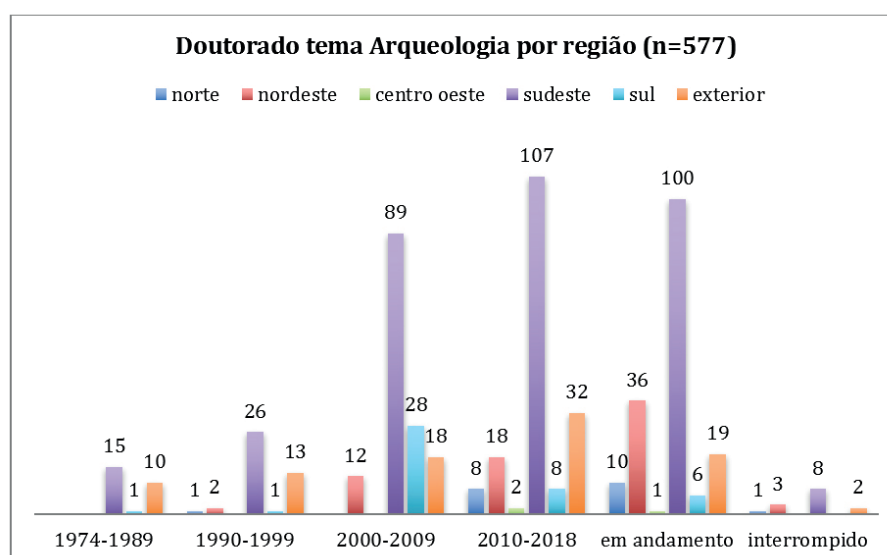


Figura 10: Formação no doutorado na área de Arqueologia por região - Universo amostral (N=577)

Temas de Pesquisa

Para quem fez mestrado e/ou doutorado na área de Arqueologia, registramos as palavras-chave das dissertações e teses, ou os temas explicitados nos títulos dos trabalhos, de acordo com o currículo na plataforma Lattes do CNPq. Em seguida, dividimos essas palavras-chave de acordo com a região de pesquisa e o assunto principal abordado. Essa divisão foi feita de maneira geral, de acordo com divisões que são usualmente feitas em concursos da área e disciplinas ministradas nas IES, além de agrupar diversas categorias de modo que fossem visíveis estatisticamente no gráfico apresentado. É também uma divisão que será refinada na etapa de pesquisa qualitativa.

O Quadro 1 apresenta a divisão segundo a região de pesquisa.

Quadro 1: Classificação da região do tema de pesquisa

Brasil	Quando inclui mais de uma região do país ou quando ela não está especificada
Regiões do Brasil	Norte, Nordeste, Centro Oeste, Sudeste e Sul
Mediterrâneo e Oriente Médio	Em referência aos estudos da Antiguidade Clássica
Europa	Quando a pesquisa é feita em países fora do Mediterrâneo, ou do período Medieval até o atual
Andes e Mesoamérica	Em referência aos estudos da região Andina e Mesoamericana do período pré-colonial e colonial
América do Sul e Central	Para o período pós-colonial nessas regiões
América do Norte	
África	
Antártida	

Como segunda divisão, criamos classes gerais que abarcam o assunto principal de pesquisa, que englobam diversas sub-categorias, de modo a poder fazer comparações mais genéricas entre as classes (Quadro 2).

Quadro 2: Classificação do assunto do tema de pesquisa.

Cerâmica	
Lítico	
Arte Rupestre	
Outros objetos	P. ex.: moedas, metais, trançados, coleções de museus, epigrafia, iconografia.
Zooarqueologia	
Arqueobotânica	Incluindo antracologia
Bioarqueologia	Incluindo paleopatologia
Arqueologia Funerária	
Patrimônio e Arqueologia Pública	P. ex.: gestão de acervos, educação patrimonial, turismo arqueológico, licenciamento arqueológico
Coletivos indígenas	P. ex.: etnoarqueologia, etnohistória, arqueologia colaborativa, arqueologia feita por indígenas
Arqueologia da Escravidão e Coletivos Negros	P. ex.: escravidão, religiões afrobrasileiras, comunidades quilombolas

Paisagem	P. ex.: estudos de padrões de assentamento, geoarqueologia, edificações, espacialidade, solo, fenomenologia
Arqueologia Histórica	Em referência aos estudos do período colonial e pós-colonial relativos à população neo-brasileira
Religião, Política e Sociedade	P. ex.: rituais, organização social, redes de interação
Métodos e Teorias	P. ex.: arqueometria, estudos de gênero, cibearqueologia, história da disciplina

Desse modo, foi possível verificar que a maior parte dos mestrados tratou de temas de ordem nacional e que as abordagens regionais estão relativamente bem distribuídas, com uma diferença de apenas 6% entre as regiões Nordeste, com maior porcentagem, e Sul, com a menor porcentagem (Figura 11). Exceção foi a região Centro Oeste, abordada em apenas 4% das dissertações, um valor que chama atenção em razão do alto potencial arqueológico da região. Em parte, isso é justificado por ser a única região do país que não oferece pós-graduação na área de arqueologia. Os estudos voltados para a região têm sido apresentados em monografias de conclusão de graduação (TCC) do bacharelado em arqueologia da PUC Goiás, em Goiânia²².

Nas pesquisas de caráter internacional predomina a região do Mediterrâneo, com 12% do total amostrado, enquanto as demais áreas somadas respondem por 6%, sendo a região dos Andes e Mesoamérica a mais contemplada pelas pesquisas.

As mulheres se destacam com a maioria dos trabalhos no Brasil e em todas as regiões do país, a não ser no Sudeste, onde os homens representam pouco mais de 50% (Figura 12). Um único trabalho elaborado por uma pessoa trans trata de um país na América do Sul como tema de mestrado.

Nas pesquisas que abordam regiões fora do Brasil, chama atenção que aproximadamente 80% das pesquisas que tratam das regiões dos Andes e Mesoamérica e África foram elaboradas por mulheres. Por outro lado, os homens se destacam nos temas que envolvem América do Sul e Central, Europa e América do Norte.

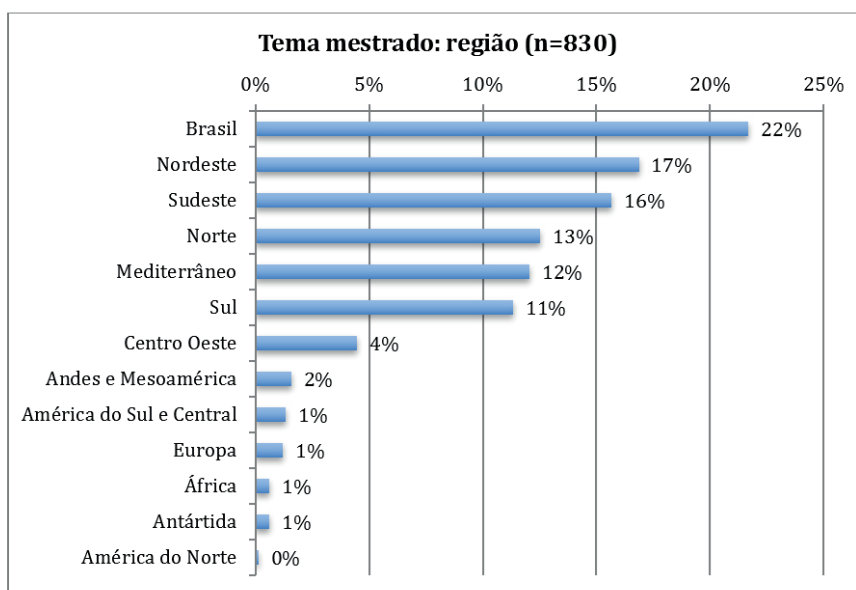


Figura 11: Regiões trabalhadas nos temas de pesquisa no mestrado na área de Arqueologia - Universo amostral (N=830)

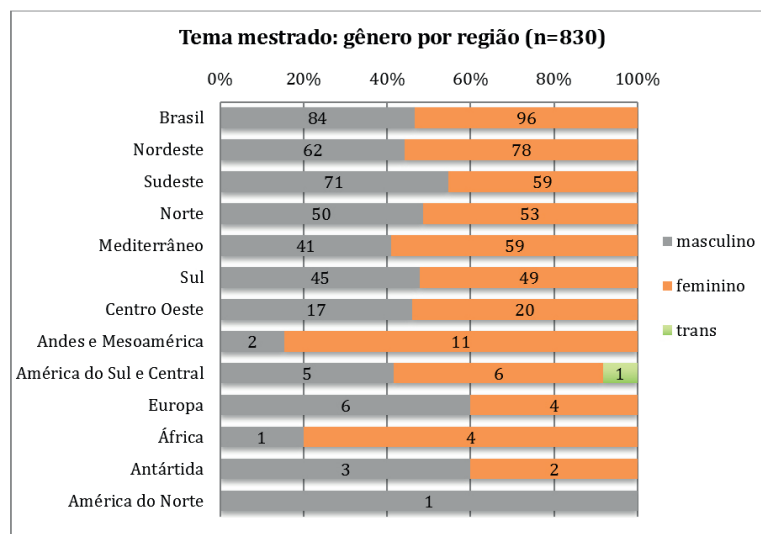


Figura 12: Regiões trabalhadas nos temas de pesquisa no mestrado na área de Arqueologia, por gênero - Universo amostral (N=830)

Dentre os assuntos abordados, paisagem é o tema mais frequente, correspondendo a 16% do total de pesquisas, seguido por patrimônio e arqueologia pública com 13%, histórica com 11% e cerâmica com 10%. Todas as demais categorias apresentaram frequências inferiores a 10% (Figura 13).

Ao avaliar a escolha por diferentes assuntos entre os gêneros nas pesquisas de mestrado (Figura 14), destaca-se a predominância masculina nos estudos líticos (64%), indígenas (56%) e de paisagem (55%); e a predominância feminina nos estudos de zooarqueologia (70%), arqueobotânica (61%), patrimônio e arqueologia pública 163

(60%)²³ e arqueologia histórica (59%). A categoria outros materiais também tem predominância de pesquisadoras mulheres (66%), o que provavelmente relaciona-se com os tipos de materiais (estudo de coleções, metais e iconografia, por exemplo), que são muitas vezes abordados em estudos de Arqueologia do Mediterrâneo, que também são majoritariamente realizados pelo gênero feminino (Figura 12). A categoria de estudos realizada pela pessoa trans é de patrimônio e arqueologia pública.

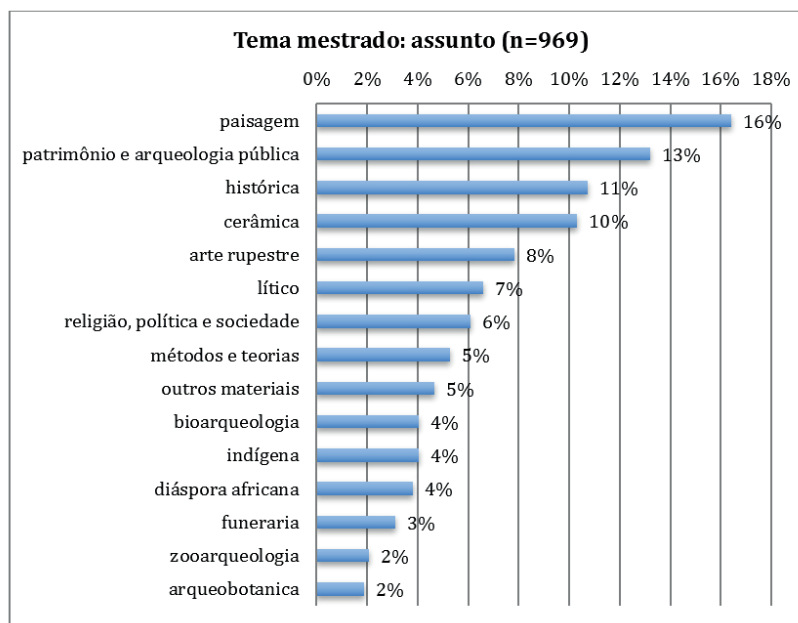


Figura 13: Assuntos trabalhados nas pesquisas no mestrado na área de Arqueologia - Universo amostral (N=969)

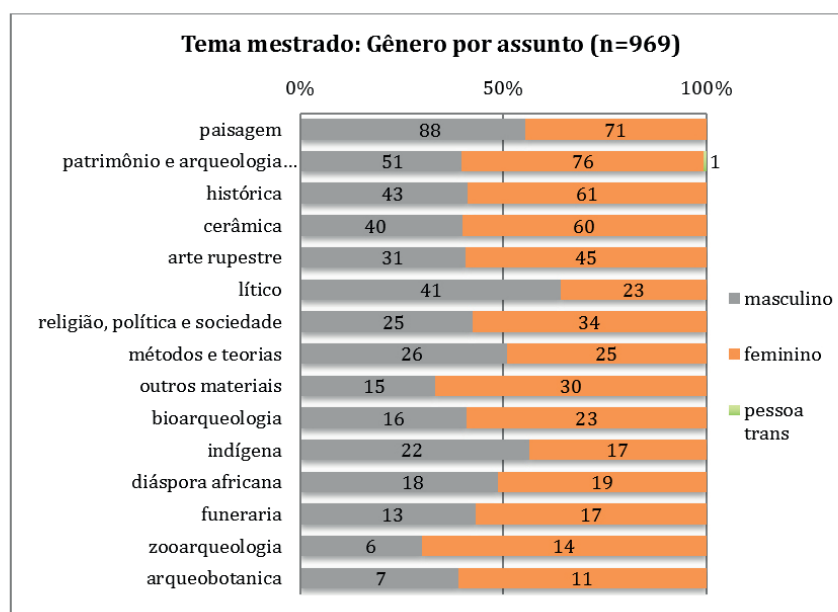


Figura 14: Assuntos trabalhados nas pesquisas no mestrado na área de Arqueologia, por gênero - Universo amostral (N=969)

Com relação ao doutorado, foi possível verificar que, de forma semelhante ao mestrado, a maior parte das pesquisas tratou de temas nacionais. Com relação às abordagens regionais nacionais há uma distribuição relativamente equilibrada com uma diferença de apenas 7% entre as regiões Norte, com maior porcentagem, e Sul, com a menor porcentagem (Figura 15). Assim como notado em relação às dissertações, a exceção foi a região Centro Oeste, abordada em apenas 6% das teses.

Nas pesquisas que abordam regiões fora do Brasil, predomina a região do Mediterrâneo²⁴, com 13% do total amostrado, enquanto as demais áreas somadas correspondem a 5% do total das teses.

No doutorado, há um relativo equilíbrio entre os gêneros na maioria dos trabalhos sobre o Brasil e todas as regiões do país, a não ser nos trabalhos sobre a região Sul, onde os homens realizam mais de 60% das pesquisas de doutorado (Figura 16).

Nas pesquisas que abordam regiões fora do Brasil, chama atenção que a maioria das pesquisas que tratam da arqueologia nos Andes e Mesoamérica e na Antártida foram elaboradas por mulheres. Há um relativo equilíbrio entre os gêneros na realização de pesquisas sobre regiões que envolvem América do Sul e Central, Mediterrâneo, Europa, África e América do Norte.

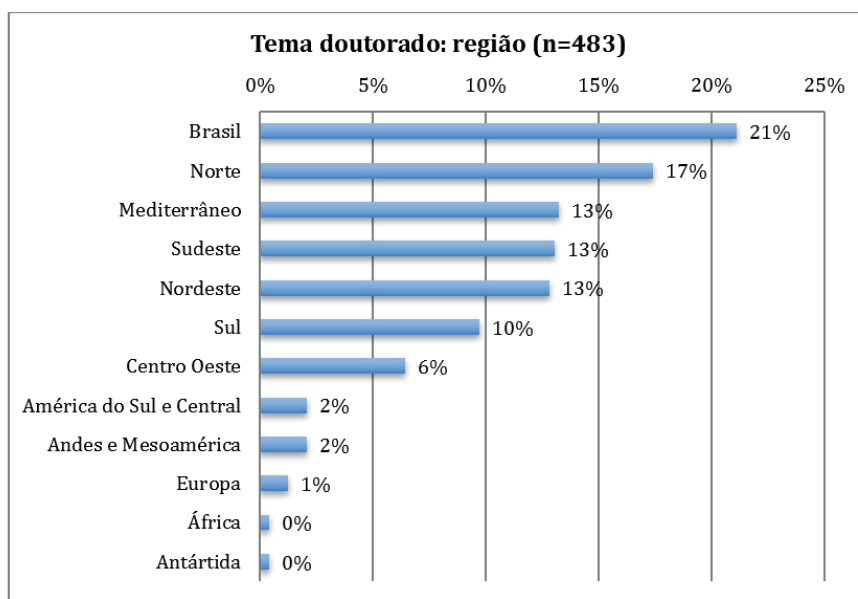


Figura 15: Percentual de região trabalhada nos temas de pesquisa no doutorado na área de Arqueologia - Universo amostral (N=483)

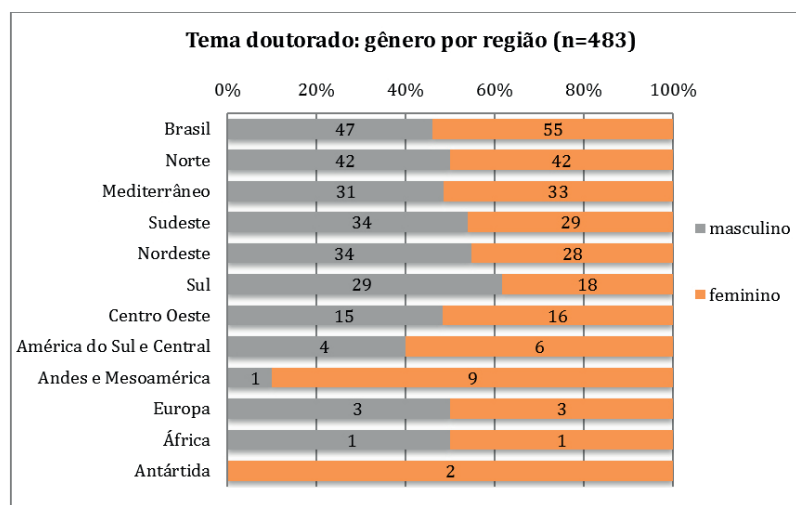


Figura 16: Região trabalhada nos temas de pesquisa no doutorado na área de Arqueologia, por gênero - Universo amostral (N=483)

Dentre os assuntos abordados, paisagem é o tema mais frequente, correspondendo a 22% do total de pesquisas, seguido por patrimônio e arqueologia pública e arqueologia histórica, ambos com 10%. Todas as demais categorias apresentaram frequências inferiores a 10% (Figura 17). Ao avaliar a predileção por diferentes assuntos de estudo entre os gêneros nas teses de doutorado, destaca-se a predominância masculina nos estudos de paisagem (61%), lítico (64%) e diáspora africana (72%). Estudos sobre bioarqueologia (60%), outros materiais (60%), arqueologia funerária (62%) e arte rupestre (68%) são realizados majoritariamente por mulheres. Em relação às outras categorias, a participação entre os gêneros é relativamente equilibrada (Figura 18).

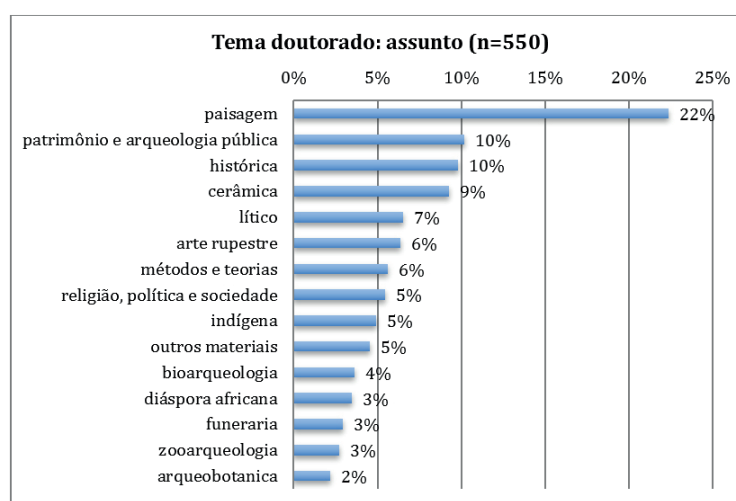


Figura 17: Assunto trabalhado nas pesquisas no doutorado na área de Arqueologia - Universo amostral (N=550)

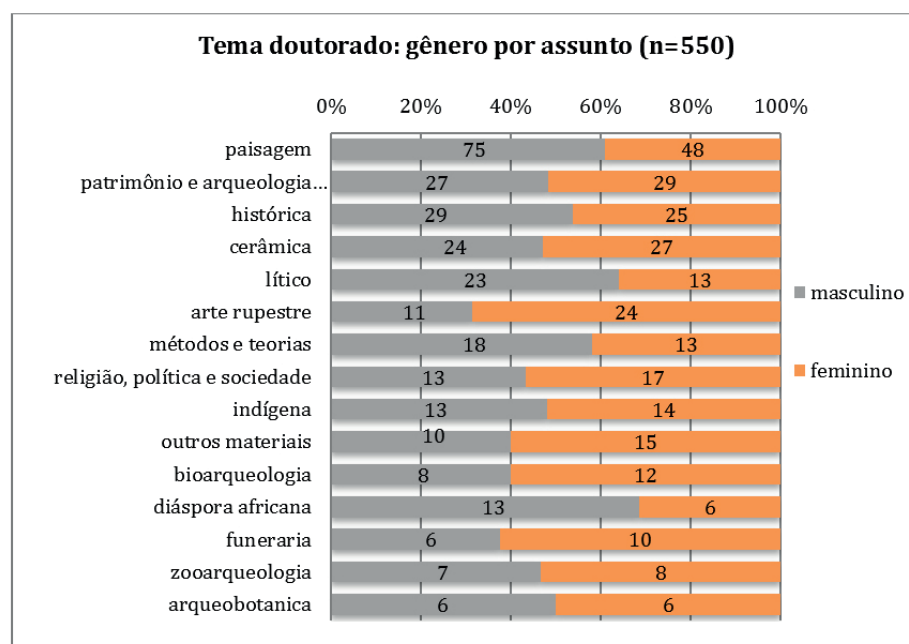


Figura 18: Assunto trabalhado nas pesquisas no doutorado na área de Arqueologia por gênero - Universo amostral (N=550)

Portarias do IPHAN

Por último, fizemos um balanço de gênero das 747 pessoas que obtiveram portarias de autorização de pesquisa arqueológica emitidas pelo IPHAN para realização de pesquisas arqueológicas, entre 1991 e 2016, conforme dados disponíveis no Banco de Portarias de Arqueologia (BPA/SGPA). Observa-se que há praticamente a mesma quantidade de mulheres e homens que obtiveram ao menos uma autorização de pesquisa (Figura 19). No entanto, os homens possuem maior quantidade de autorizações do que as mulheres (Figura 20).

Por volta de 2007, observa-se que os homens passam a obter maior quantidade de portarias que as mulheres, atingindo o ápice entre 2013 e 2014. Essa disparidade começa a diminuir por volta de 2015, embora ainda haja predominância de portarias emitidas para homens (Figura 21).

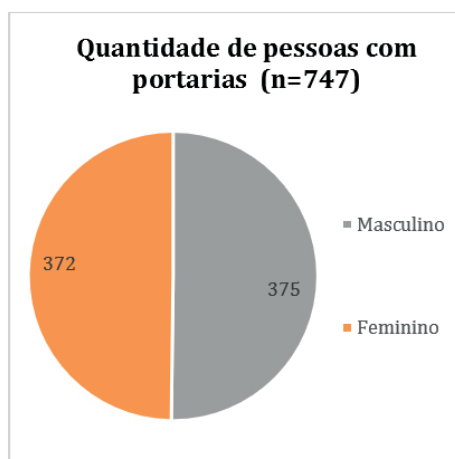


Figura 19: Quantidade de pessoas com autorização de portarias por gênero - Universo amostral (N=747)

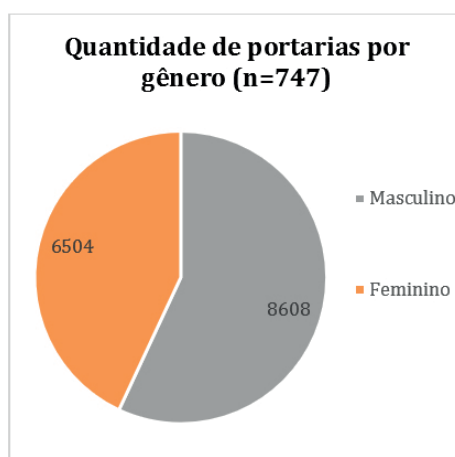


Figura 20: Quantidade de portarias distribuídas por gênero - Universo amostral (N=747)

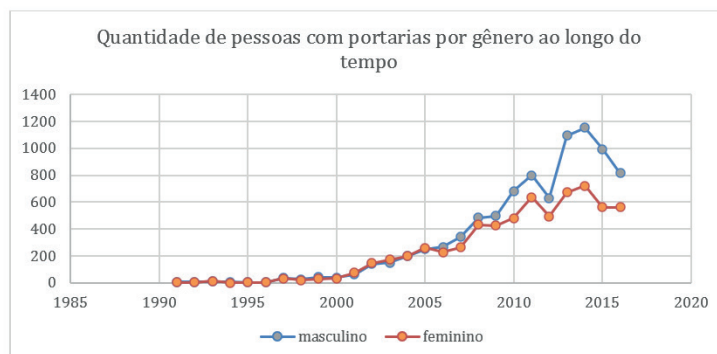


Figura 21: Quantidade de autorização de portarias distribuídas por gênero de 1991 até 2016

A diferença entre a quantidade de portarias obtidas por homens e mulheres também varia de acordo com as faixas de quantidade de portarias por pessoa (Figura 22). Na faixa que abrange até 50 portarias por pessoa, há um relativo equilíbrio entre mulheres e homens. De 51 até 300 portarias por pessoa os homens que detêm a maior quantidade destas. Essa relação se inverte apenas ao observarmos as três pessoas com mais de 300 portarias em seu nome, sendo duas delas, mulheres.

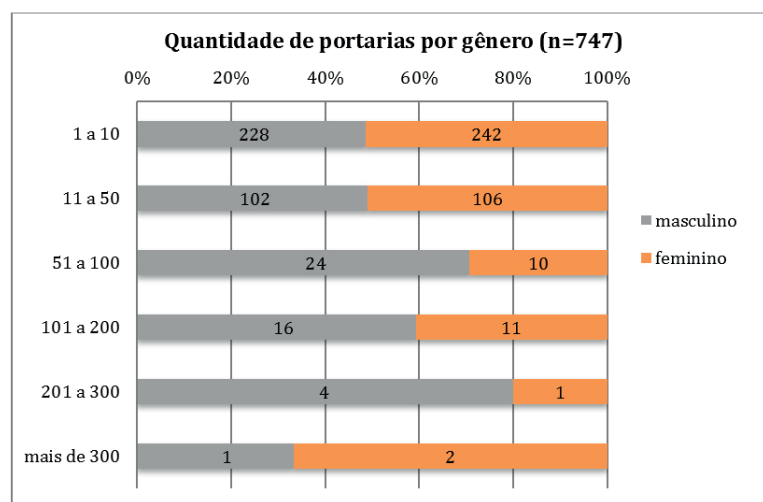


Figura 22: Faixas de quantidade de autorização de portarias do IPHAN por gênero

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O panorama sobre a comunidade arqueológica no Brasil aqui apresentado é resultado de levantamento preliminar realizado em bases de dados de acesso público sobre estudantes e profissionais da área. A partir da reunião desses dados foi possível avaliar, quantitativamente, aspectos relativos ao gênero, nacionalidade, trajetória acadêmica, origem de formação, temas de pesquisas e portarias de autorização de pesquisa concedidas pelo IPHAN.

Conforme explicitado no título, e ao longo artigo, trouxemos apenas as primeiras aproximações sobre alguns perfis da comunidade de pessoas que atuam na arqueologia no país. Não obstante o estágio inicial da pesquisa, é possível destacar alguns aspectos que devem ser melhor investigados em etapas futuras.

A presença de mulheres e homens ocorre de maneira bastante equilibrada ao longo do tempo, em todos os níveis de formação, com algumas poucas exceções. Atualmente, 53% das pessoas atuantes em Arqueologia no país são mulheres. Pessoas que se identificam, publicamente, como trans participam da Arqueologia a partir da década de 2010. Esses números, no entanto, não mostram se as relações estabelecidas entre as pessoas são igualitárias nem sua posição profissional na Arqueologia.

O aumento significativo da procura pelos cursos de graduação em Arqueologia, nos anos 2000, pode ser inferido com base nos primeiros egressos dos cursos recém criados, particularmente, nas universidades federais da região Nordeste, a partir

de 2010. Antes desse período, pessoas graduadas em Arqueologia eram, em sua maioria, oriundas de instituições de ensino superior localizadas no Sudeste do país. Isso mostra, como já apontado por Bezerra (2008), um descentramento da formação na esfera da graduação em arqueologia no país.

A oferta de novos cursos em diferentes regiões do país e as políticas de ações afirmativas podem também ter incentivado o ingresso de pessoas indígenas na Arqueologia.

No âmbito da pós-graduação, apesar de haver uma concentração de programas de mestrado e doutorado nos estados do nordeste (UFPI, UNIVASF, UFPE, UFS, UFRB), as universidades da região Sudeste ainda são responsáveis pela formação da maioria de pessoas com mestrado e doutorado (incluindo o grupo responsável por este artigo que é, majoritariamente, oriundo instituições de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais). A USP foi, por um longo período, o único centro de formação em nível de pós-graduação em arqueologia no país, já os cursos abertos no Piauí, Pernambuco, Sergipe e Bahia iniciaram suas atividades em momentos posteriores, dois deles em 2019 (UNIVASF e UFRB).

Bezerra (2017) aponta expressivo número de docentes dos cursos de arqueologia da região amazônica, que são oriundos do programa de arqueologia do MAE/USP. A pesquisa realizada por Caromano, Trindade e Cascon (2014, p. 212) revela que entre 2009 e 2014 foram contratadas cerca de 50 pessoas arqueólogas para exercer atividade docente nas universidades que mantêm cursos de formação em Arqueologia. Os dados de ambas as pesquisas mostram que três instituições (MAE/USP, UFPE e PUC-RS) formaram a maioria de docentes dos bacharelados em Arqueologia. O curso da UFPE é o segundo mais longo da área de arqueologia e o da PUC-RS (curso da área de História) também formou muitas gerações de profissionais que atuam em arqueologia até os dias de hoje²⁵.

Num primeiro momento, a capilarização dos centros de formação – pelos estados do Norte e Nordeste – se deu, sobretudo, na graduação. Na última década, entretanto, acompanhamos o crescimento da pós-graduação fora da região Sudeste, com a abertura de quatro programas em estados do Nordeste do país (UFS, UFPI, UNIVASF e UFRB) e um programa no Norte (UFPA). O que reforça ainda mais o descentramento da formação e o consequente aumento da formação na área.

Com relação ao banco de portarias de arqueologia (BPA) do IPHAN, é possível notar o predomínio dos homens como detentores das autorizações de pesquisa. No entanto, cabe destacar que duas mulheres têm a maior quantidade de autorizações de pesquisa concedidas pelo órgão. Ao longo dos anos, verificamos que o número portarias concedidas para mulheres têm crescido, diminuindo assim a diferença entre gêneros. Isso coincide com o expressivo número de mulheres egressas dos cursos de formação na área, no entanto, como ressaltado acima, não explica as relações de trabalho estabelecidas entre as pessoas.

Diferenças de gênero são observadas nas escolhas de assuntos de pesquisa, apesar de não explicarem os motivos dessa escolha. Os dados indicam que as análises de lítico e os estudos de paisagem, por exemplo, são, prioritariamente, desenvolvidos por homens. Enquanto as pesquisas em zooarqueologia, arqueobotânica, bioarqueologia, arqueologia funerária e arqueologia pública, entre outras, são em sua maioria conduzidas por mulheres. Esse cenário se alinha aos resultados do levantamento realizado por Zeder (1997b) nos EUA. A autora aponta que os estudos de lítico, assim como análises espaciais e geomorfológicas são mais utilizados pelos homens. As mulheres estão vinculadas aos trabalhos que envolvem análise cerâmica e arqueobotânica. Já a relação de

gênero no âmbito da zooarqueologia norte-americana aponta apenas uma ligeira tendência de escolha das mulheres, ao contrário do Brasil, onde elas, de fato, predominam. Podemos pensar, como propôs Zeder (1997b), que as escolhas pelos temas de pesquisa aqui apresentados tenham que ser entendidas à luz dos objetivos das pesquisas. Assim, a escolha dos homens pelo lítico, por exemplo, se justificaria segundo Zeder (1997b) pela sua relação com o tema das sociedades Paleolíticas e Neolíticas. No caso do Brasil, podemos pensar no tema do povoamento do continente americano.

Muito embora ainda estejamos refinando essas categorias e ampliando os métodos de coleta de dados para uma compreensão mais acurada do cenário da comunidade profissional arqueológica no Brasil, acreditamos que essas primeiras aproximações nos dão a medida dos desafios que o atual momento nos impõe. A aprovação da lei que regulamenta a profissão, em 2018, não encerra o processo de profissionalização. É preciso elaborar procedimentos regulatórios da prática da disciplina e nos parece também necessário o reconhecimento daquelas pessoas que constroem a Arqueologia no Brasil. Não tivemos a pretensão de apresentar um perfil demográfico em todos os seus aspectos. Como salientamos ao longo do artigo, trata-se de uma pesquisa em curso, mas que já aponta para questões que devem ser melhor investigadas nas etapas futuras deste projeto.

A apresentação de dados numéricos que sugerem algumas desigualdades observadas na Arqueologia é o primeiro passo para pensarmos sobre a construção de políticas que efetuem mudanças na composição da comunidade e na prática da disciplina. Entendemos que refletir sobre questões de gênero, raça e classe, entre outros eixos de subordinação que resultam em desigualdades na Arqueologia pode contribuir para o fortalecimento da categoria enquanto coletivo; além de impactar os modos pelos quais nos relacionamos com questões contemporâneas de extrema relevância, como a preservação do patrimônio arqueológico e do meio ambiente, a defesa dos direitos dos povos e comunidades tradicionais e a luta por uma ciência mais engajada e igualitária, que reconhece a importância da diversidade na produção do conhecimento científico no país.

AGRADECIMENTOS

A equipe agradece a colaboradores de inúmeras universidades, empresas e institutos de pesquisa em arqueologia no Brasil que nos auxiliaram com o levantamento quantitativo inicial: Arkley Bandeira (UFMA), Claudia Oliveira (UFPE), Henry Sullasi (UFPE), Sandra Albuquerque (UFPE), Adriele Sousa (UFPI), Ângelo Corrêa (UFPI), Herbert Coutinho (UFPI), Luciana Araújo (UFPI), Marcus Vinícius Veloso (UFPI), Maria do Amparo Carvalho (UFPI), Daniela Klökler (UFS), Leandro Duran (UFS), Marcia Segal (UFS), Aline Brito (UNEB), Alencar Amaral (UNIVASF), Leandro Surya (UNIVASF), Rodrigo Bernardo (UNIVASF). A equipe também agradece aos pareceres feitos anonimamente que auxiliaram na melhoria do texto, assim como as sugestões de Loredana Ribeiro.

WHO ARE WE? OR A PROFILE OF THE ARCHAEOLOGICAL PROFESSIONAL COMMUNITY IN BRAZIL: FIRST APPROACHES

Abstract: in the last twenty years, archeological academic-scientific training has grown exponentially in Brazil, culminating in the recognition of the profession in 2018. However, little is known 171

about the demographic profiles of people working in the area, as well as of students in the process of training, in undergraduate and graduate levels. By updating some data from previous studies, in this manuscript we present the results of an initial survey on the professional profile in Brazilian archeology, which includes information on the trajectory of education, gender, nationality and research themes. This initiative allows us to outline the challenges of inclusion and representativeness in the exercise of the profession, whose reflections will assist us in the conceiving of practical measures for a change in this situation in the future.

Keywords: *Brazilian Archaeology. Professionals. Education. Representativity. Census.*

Notas

- 1 Utilizamos “pessoa” como sujeito das frases para uma linguagem inclusiva em relação a gênero.
- 2 Resolução CONAMA Nº 001, de 23 de janeiro de 1986 dispõe que “O Conselho Nacional do Meio Ambiente - IBAMA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 48 do Decreto nº 88.351, de 1º de junho de 1983, para efetivo exercício das responsabilidades que lhe são atribuídas pelo artigo 18 do mesmo decreto, e Considerando a necessidade de se estabelecerem as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente”.
- 3 A portaria n. 230 de 17 de dezembro de 2002 trata da compatibilização das fases de obtenção das licenças ambientais no âmbito dos projetos de infraestrutura que impactam o patrimônio arqueológico. A portaria foi revogada pela Instrução Normativa 001 de março de 2015 que “Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe” (ver www.iphan.gov.br).
- 4 Lei Nº 13.653, de 18 de abril de 2018. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo e dá outras providências
- 5 Banco de Portarias de Arqueologia – BPA/SGPA - <http://portal.iphan.gov.br/cna/pagina/detalhes/1375/> Acesso em: 02 abr 2020.
- 6 Ver Documento de Área – Antropologia e Arqueologia – CAPES, 2019. Disponível em https://www.capes.gov.br/images/Documento_de_%C3%A1rea_2019/Antropologia.pdf. Acesso em: 2 fev. 2020.
- 7 UFPE. Disponível em: <https://www.ufpe.br/ppgarqueologia>. Acesso em: 2 fev. 2020.
- 8 MAE. Disponível em: <https://sites.usp.br/ppgarqmae/institucional/>. Acesso em: 2 fev. 2020.
- 9 MUSEU NACIONAL. Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/ppgarq/>. Acesso em 2 fev. 2020.
- 10 Cursos de Graduação na área de Arqueologia: Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES - primeiro vestibular aberto em 2019), Fundação Universidade do Rio Grande (FURG), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL – primeiro ingresso em 2020) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que oferece graduação em Antropologia com habilitação na área de Arqueologia. Cursos de pós-graduação em Arqueologia stricto sensu ou com área de concentração em Arqueologia: Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Federal do Vale do

- São Francisco (UNIVASF), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade do Estado de São Paulo (USP), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) (ver dados em e-mec /MEC – Disponível em <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em 20 fev 2020 e no Documento de Área – Antropologia e Arqueologia – CAPES, 2019. Disponível em https://www.capes.gov.br/images/Documento_de_%C3%A1rea_2019/Antropologia.pdf. Acesso em: 2 fev. 2020; SAB ARQ-GEO. <https://arqgeo.insod.org/en>. Acesso em: 2 fev. 2020).
- 11 Disponível em: <http://www.discovering-archaeologists.eu/>. Acesso em: 2 fev. 2020.
 - 12 Abordamos os marcadores sociais da diferença sob o marco teórico da interseccionalidade, que trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p. 177).
 - 13 Cabe destacar que a modernidade não existiria sem a colonialidade, baseada ideia de raça como construção da diferença, da superioridade e da pureza de sangue da raça branca (Ballestrin, 2013, p. 101). Para Quijado (2000), raça, gênero e trabalho foram essenciais na formação do capitalismo mundial colonial/moderno no século XVI. Ao nos referirmos à colonialidade/modernidade, enfatizamos que esse processo ainda opera na sociedade brasileira.
 - 14 Mesmo que a presença de pessoas negras tenha aumentado nas universidades, muitas desigualdades ainda permanecem (IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25989-pretos-ou-pardos-estao-mais-escolarizados-mas-de-sigualdade-em-relacao-aos-brancos-permanece>. Acesso em: 2 fev. 2020).
 - 15 As pesquisas arqueológicas são autorizadas pelo Iphan, por meio do Centro Nacional de Arqueologia/ CNA (quando são efetuadas por instituições científicas do setor público federal) ou permitidas pela Portaria Sphan nº. 07, de 01 de dezembro de 1988 (quando desenvolvidas pelo setor privado). Outros marcos legais também orientam a autorização/permissão das pesquisas arqueológicas em território nacional, como a Portaria Interministerial nº. 60, de 24 de março de 2015, especialmente no que se refere ao licenciamento ambiental, regulamentado no Anexo 2-D dessa portaria e na Instrução Normativa 001, de 25 de março de 2015. A autorização tem como objetivo avaliar os projetos de pesquisas arqueológicas, em cumprimento à Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961 e demais documentos normativos”. Disponível em www.iphan.gov.br. Acesso em: 20 fev. 2020. Banco de Portarias de Arqueologia (BPA/SGPA). Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/cna/pagina/detalhes/1375/>. Acesso em: 2 abr. 2019.
 - 16 O estudo será orientado pelos princípios éticos estabelecidos para as pesquisas desta natureza no âmbito das Ciências Humanas no país, de modo a assegurar a natureza sensível dos dados e defender os interesses dos indivíduos a serem apresentados.
 - 17 Generificação é o resultado do processo de atribuição de gênero às pessoas. É um processo de caráter arbitrário, uma vez que classificamos de acordo com parâmetros pré-estabelecidos, o que é feminino/mulher ou masculino/homem (aqui não traremos o debate acerca do uso dos termos do par sexo/gênero). Contudo, ainda que reconheçamos esse caráter arbitrário, pensamos ser importante indicar a presença de mulheres, homens e pessoas trans na amostra, abrindo debates a serem aprofundados na segunda fase da pesquisa.
 - 18 Solução de Produtos e Serviços de Estatística.
 - 19 A exceção de Grécia, Chipre e Áustria, onde as mulheres predominam na disciplina. Relação entre mulheres (M) e Homens (H) atuantes em Arqueologia, em países europeus, a partir de Aitchison (2013, p. 18, Tabela 2.3.). Alemanha (37%M e 63%H); Áustria (51%M e 49%H); Bélgica (47% e

- 53%H); Chipre (69%M e 31%H); Eslováquia (36%M e 64%H); Eslovênia (45%M e 55%H); Grécia (76%M e 24%H); Holanda (37%M e 63%H); Hungria (48%M e 52%H); Irlanda (45%M e 55%H); Reino Unido (41%M e 59%H); República Tcheca (32%M e 68%H); Total (46%M e 54%H).
- 20 Será considerada a data de coleta das informações e sua valia enquanto algo observável, porém não estático, respeitando a fluidez e plasticidade inerente deste prisma identitário.
- 21 Ver dados sobre as políticas afirmativas na pós-graduação brasileira em Venturini (2017).
- 22 Disponível em: <http://sites.pucgoias.edu.br/pesquisa/igpa/o-curso-de-arqueologia/>. Acesso em: 20 fev. 2020.
- 23 Em recente pesquisa realizada por Bezerra (2018) há um predomínio das mulheres na autoria de artigos e trabalhos de conclusão de curso (TCCs, dissertações e teses) sobre arqueologia pública e educação patrimonial voltada para o patrimônio arqueológico no Brasil.
- 24 Há uma forte e longa tradição de estudos de arqueologia no mediterrâneo no PPGARq, MAE/USP, que é o principal centro de formação de profissionais interessados nesse contexto de pesquisa.
- 25 Banco de Portarias de Arqueologia – BPA/SGPA - <http://portal.iphan.gov.br/cna/pagina/detalhes/1375/> Acesso em: 02 abr 2020.

Referências

- AITCHISON, Kenneth. Discovering the Archaeologists of Europe. In: JAMESON, John H.; EOGAN, James (eds.). *Training and practice for modern day archaeologists*. New York: Springer, 2013, p. 15-29.
- AITCHISON, Kenneth. Discovering the Archaeologists of the Americas: Pilot Project. In: Annual Meeting of The Society for American Archaeology, 81, 2017, Vancouver. *Anais eletrônicos...* Vancouver: SAA, 2017. Disponível em: <https://core.tdar.org/document/430068/discovering-the-archaeologists-of-the-americas-pilot-project>. Acesso em: 2 fev. 2020.
- AITCHISON, Kenneth; ROCKS-MCQUEEN, Doug. *Discovering the Archaeologists of the United Kingdom 2012-14*. 2014. Disponível em: http://www.discovering-archaeologists.eu/united_kingdom.html. Acesso em: 2 fev. 2020.
- ARI: ASSOCIATION RESEARCH INC. *2005 Salary Survey*. Conducted for the Society for American Archaeology in cooperation with Society for Historical Archaeology. 2005.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília, n. 11, p. 89-117, Aug. 2013.
- BANDEIRA, Arkley; SILVA, Maurício André. *Revista de Arqueologia Pública*, Temática: Arqueologia Queer, v. 13, n. 1 [22], 2019.
- BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. *Revista USP*, n. 44, p. 32-51, 1999.
- BENTZ, Martin; WACHTER, Tobias. *Discovering the Archaeologists of Germany 2012-14*. 2014. Disponível em: <https://www.discovering-archaeologists.eu/germany.html>. Acesso em: 2 fev. 2020.

BEZERRA, Marcia. Bicho de nove cabeças: os cursos de graduação e a formação de arqueólogos no Brasil. *Revista de Arqueologia*, v. 21, n. 2, p. 139-154, 2008.

BEZERRA, Marcia. Is There a Public Archaeology?: an approach from Brazil. In: 83rd Annual Meeting of the Society for American Archaeology/SAA Washington D.C., 2018. *Abstracts*, p. 42. Disponível em: https://documents.saa.org/container/docs/default-source/doc-annualmeeting/annualmeeting/abstract/abstract_2018.pdf?sfvrsn=1089ce46_4. Acesso em: 20 fev. 2020.

BEZERRA, Marcia. O ensino de arqueologia na Amazônia. In: CONGRESSO DA SAB, XIX, *Livro de Resumos...* Teresina, 2017, p. 102.

BRANDÃO, Kelly V. da S. *et al.* Quem somos nós? A formação da comunidade arqueológica no Brasil. In: CONGRESSO DA SAB, XX. *Anais eletrônicos...* Pelotas: SAB, 2019. Disponível em: https://www.xxcongresso.sabnet.com.br/download/download?ID_DOWNLOAD=3. Acesso em: 2 fev. 2020.

BRANDÃO, Kelly *et al.* *Surgimento e consolidação da Semana Internacional de Arqueologia Discentes MAE/USP: uma reflexão*. no prelo

BRASIL. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13653.htm. Acesso em: 2 fev. 2020.

CALDARELLI, Solange B.; SANTOS, Maria do Carmo M. M. Arqueologia de contrato no Brasil. *Revista da USP* v. 43/44, p. 52-73, 1999-2000.

CAROMANO, Caroline F.; GASPAR, Meliam V.; PEREIRA, Ester R.; LIMA, Márjorie do N.; LIMA, Jaqueline C. F. de. Nem todas são Betty ou Anna: o lugar das arqueólogas no discurso da Arqueologia Amazônica. *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 2, p. 115-129, 2017.

CAROMANO, Caroline F.; TRINDADE, Thiago B.; CASCON, Leandro M. O ensino da arqueologia visto dos bancos da Pós-Graduação. *Habitus*, v. 12, n. 2, p. 205-220, 2014.

COBB, Hannah; CROUCHER, Karina. Personal, Political, Pedagogic: Challenging the Binary Bind in Archaeological Teaching, Learning and Fieldwork. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 23, p. 949-969, 2016.

COLETIVO ESTRATIGRAFIA FEMINISTA. *Zine machismo e arqueologia*. 2015. Disponível em: <https://arqueologiaeprehistoria.files.wordpress.com/2015/10/souza-et-al-2015-zine-sobre-o-machismo-e-a-arqueologia.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2020.

COSTA, Cláudia; *Discovering the Archaeologists of Germany 2012-14*. 2014. Disponível em: https://www.discovering-archaeologists.eu/discovering_the_archaeolo/portugal.html. Acesso em: 2 fev. 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DISCOVERING ARCHAEOLOGISTS OF EUROPE. Disponível em: <http://www.discovering-archaeologists.eu/>. Acesso em: 2 fev. 2020.

DOCUMENTO de Área – Antropologia e Arqueologia – CAPES, 2019. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/Documento_de_%C3%A1rea_2019/Antropologia.pdf. Acesso em: 2 fev. 2020.

FLORENZANO, Maria Beatriz B. O ensino da arqueologia na USP: um depoimento. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 30, p. 4-11, 2018.

FUNARI, Pedro P. A. Arqueologia no Brasil e no Mundo: origens, problemáticas e tendências. *Ciência e Cultura*, v. 65, p. 23-25, 2013.

FUNARI, Pedro P. Como se tornar arqueólogo no Brasil. *Revista USP*, n.44, p. 74-85. 1999-2000.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª edição. São Paulo: Editora Atlas S.A. 2008.

GT ARQUEOLOGIA DE CONTRATO. Mesa redonda arqueologia de contrato. In: Semana Internacional de Arqueologia Discentes MAE/USP, III, São Paulo, 2013. *Anais...* São Paulo: SIA, 2013.

HARTEMANN, Gabby. 2019. Nem ela nem ele. Por uma arqueologia (trans) além do binário. *Revista de Arqueologia Pública*. V.13. N.1. s/pp.

IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25989-pretos-ou-pardos-estao-mais-escolarizados-mas-desigualdade-em-relacao-aos-brancos-permanece>. Acesso em: 2 fev. 2020.

JAMESON, John H.; EOGAN, James (Eds.). *Training and practice for modern day archaeologists*. New York: Springer, 2013.

KERN, Arno. O perfil dos arqueólogos brasileiros. In: SCHAAAN, Denise Pahl; BEZERRA, Marcia. (Org.). *Construindo a arqueologia no Brasil: a trajetória da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Belém: GK Noronha, 2009. p. 93-133.

LIMA, Márjorie N.; BEZERRA, Marcia; CAROMANO, Caroline F.; GASPAR, Meliam V.; RIBEIRO, Ester P.; LIMA, Jaqueline C. F.; BRANDÃO, Kelly V. S.; CABRAL, Mariana; BELLETTI, Jaqueline da S.; WICHES, Camila A. M.; FREITAS, Aline G.; BIANCHINI, Gina F.; CASCON, Leandro M.; TAMANAHA,

Eduardo K.; TRINDADE, Thiago. Arqueólogos e arqueólogos no Brasil: um estudo inicial. In: Semana Internacional de Arqueologia Discentes MAE/USP, VI, São Paulo, 2019. *Anais...* São Paulo: SIA, 2019.

MAJEWSKI, Teresita; AITCHINSON, Kenneth. *What Did We Learn? SAA's Discovering the Archaeologists of the Americas Pilot Project*. In: Annual Meeting of the Society for American Archaeology, 82, 2018, Washington, DC. *Anais eletrônicos...* Washington, DC: SAA, 2018. Disponível em: <https://core.tdar.org/document/443313/what-did-we-learn-saas-discovering-the-archaeologists-of-the-americas-pilot-project>. Acesso em: 2 fev. 2020.

MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA. Disponível em: <https://sites.usp.br/ppgarqmae/institucional>. Acesso em: 2 fev. 2020.

MUSEU NACIONAL. Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/ppgarq/>. Acesso em: 2 fev. 2020.

PASSOS, Lara de Paula. *Arqueopoesia: uma proposta feminista afrocentrada para o universo arqueológico*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em Antropologia - Área de concentração: Arqueologia. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019.

PASSOS, Lara de Paula. *Da beira ao fundo: uma análise bibliométrica feminista da arqueologia brasileira a partir de dois estudos de caso*. Monografia. Antropologia, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

PUC-GOIÁS. Disponível em: <http://sites.pucgoias.edu.br/pesquisa/igpa/o-curso-de-arqueologia/>. Acesso em: 20 fev 2020.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, p. 117-142, 2005.

RIBEIRO, Loredana M. R. *Revista de Arqueologia*, Dossiê: Arqueologia e Crítica Feminista, v. 30, n. 2, 2017.

RIBEIRO, Loredana M. R. Teorias feministas e gênero na arqueologia brasileira - por que não? Simpósio Temático. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, XVIII. *Livro de Resumos...* Goiânia: SAB, 2015. p. 30-31.

RIBEIRO, Loredana *et al.* A saia justa da arqueologia brasileira: mulheres e feminismos em apuro bibliográfico. *Estudos Feministas*, v. 25, n. 3, p. 1093-1110, 2017.

SAB: Sociedade de Arqueologia Brasileira. *Jornal Arqueologia em Debate*, n.3, jun. 2011.

SAB ARQ-GEO. Disponível em: <https://arqgeo.insod.org/en>. Acesso em: 2 fev. 2020.

SCHAAN, Denise; BEZERRA, Marcia (Orgs). *Construindo a arqueologia no Brasil: a trajetória da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Belém: GK Noronha, 2009

SOUZA, Rafael de A. e. Da miss-sambaqui ao monstro de Sobral arqueologia paulistana entre os anos de 1930 e 1950. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 30, n. 52, p. 257-286, 2014.

ULGUIM, Priscila. *Analisando a programação do congresso da sociedade de arqueologia brasileira e outras coisas do gênero*. 2019. Disponível em: <https://bonesburialsandblack-coffee.wordpress.com/2019/09/18/analizando-a-programacao-do-congresso-da-sociedade-de-arqueologia-brasileira-e-outras-coisas-do-genero/>. Acesso em: 2 de fev. 2020.

ULM, Sean; MATE, Geraldine; DALLEY, Cameo; NICHOLS, Stephen. A working profile: the changing face of professional archaeology in Australia. *Australian Archaeology*, v. 76, p. 34-43, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Disponível em: <https://www.ufpe.br/ppgarqueologia>. Acesso em: 2 fev. 2020.

VENTURINI, Anna Carolina. Ações afirmativas na pós-graduação. Rio de Janeiro: GEMAA-IESP-UERJ, (Infográfico), 2017. Disponível em: <http://gemaa.iesp.uerj.br/infografico/acoes-afirmativas-na-pos-graduacao/>. Acesso em: 21 fev. 2020.

ZANETTINI, Paulo. Projetar o futuro para a arqueologia brasileira: desafio de todos. *Revista de Arqueología Americana*, v. 27, p. 71-84, 2009.

ZANETTINI, Paulo; WICHES, Camila. Arqueologia preventiva e o ensino da arqueologia no Brasil. *Habitus*, v. 12, n. 2, p. 239-256, 2014.

ZARANKIN, Andres; PELLINI, José R. Arqueologia e companhia: reflexões sobre a introdução de uma lógica de mercado na prática arqueológica brasileira. *Revista de Arqueologia*, v. 25, n. 2, p. 44-60, 2012.

ZEDER, Melinda A. *The American Archaeologist: a profile*. Society for American Archaeology: AltaMira Press, 1997b.

ZEDER, Melinda A. The American Archaeologist: Results of the 1994 SAA Census. *SAA Bulletin*, v. 15, n. 2, p. 20-29, 1997a. Disponível em: [https://documents.saa.org/container/docs/default-source/doc-publications/publications/saa-bulletin/1997/saa-bulletin-15\(2\)-final.pdf?sfvrsn=f9f1439f_2](https://documents.saa.org/container/docs/default-source/doc-publications/publications/saa-bulletin/1997/saa-bulletin-15(2)-final.pdf?sfvrsn=f9f1439f_2). Acesso em: 2 fev. 2020.